

Grandezas metodológicas para uma História do Tempo Presente a partir de  
Beatriz Sarlo e seu *Tempo Passado*

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão F<sup>o</sup>.\*

**Resumo:**

Aqui, meu objetivo é identificar e verticalizar em *Tempo Passado*, obra de Beatriz Sarlo; e associando esta obra a alguns outros autores relevantes; algumas questões relativas à memória e à subjetividade, procurando me apropriar delas como possíveis grandezas e referenciais teórico-metodológicos para o campo de investigação denominado História do Tempo Presente.

**Palavras-chave:** História do Tempo Presente – Beatriz Sarlo - subjetividade

**Summary:**

Here, my goal is to identify and lean in Past Time, work of Beatriz Sarlo; and linking it to some other important authors; some questions relating to memory and subjectivity, looking for appropriate quantities of them as possible theoretical and methodological's benchmarks for the field of research called Present Time's History.

**Keywords:** Present Time's History – Beatriz Sarlo - subjectivity

Neste artigo, procuro contribuir para a identificação de algumas medidas metodológicas para uma possibilidade – apenas uma dentre outras tantas possíveis - de um fazer da história próxima, ou História do Tempo Presente. Agnès Chaveau e Philippe Tétart comentam que este campo se ampara no pressuposto metodológico de que a história não é somente o estudo do passado, mas também, “com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente<sup>1</sup>”, enquanto para Jean-Pierre Rioux, a História do Tempo Presente diria respeito a “um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um

---

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina, dentro da área de concentração *História do Tempo Presente* e da linha de pesquisa *Linguagens e Identificações*. Orientadora pela Profa. Dra. Márcia Ramos de Oliveira (UDESC) Bolsista PROMOP/UDESC. [edumeinberg@gmail.com](mailto:edumeinberg@gmail.com)

presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas<sup>2</sup>”. Entendo que um arsenal metodológico que viabilize o entendimento e a confecção deste campo historiográfico passa por algumas questões que se associam à subjetividade e a memória.

Em seu *Tempo Passado*<sup>3</sup>, obra de fina carpintaria, Beatriz Sarlo<sup>4</sup>, comenta sobre o debate epistemológico entre a História e a memória, dizendo que as duas categorias se utilizam do passado de modo concorrente. Enquanto a memória não confia numa matriz que não privilegie a sua rememoração, subjetividade e narrativa, a história não consegue acreditar numa matriz que não se baliza nos pressupostos do método crítico historiográfico, que não contextualize o acontecimento na espessura da duração, não trabalhe o distanciamento e não busque dar o mesmo tipo ou índice de inteligibilidade ao ocorrido:

nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade)<sup>5</sup>

Como noto, existe um paralelo com as discussões acerca da história e da memória propostas por Maurice Halbwachs e Pierre Nora. A respeito destas discussões, o entendimento de Halbwachs é a de que a memória seria algo natural, espontâneo e desinteressado, guardando do passado apenas o que pode ser útil enquanto um elo entre este e o presente, ao passo em que a História seria um processo interessado e político, estando subentendida a manipulação na posterior narração desta memória<sup>6</sup>. Já para Nora, a memória coloca a lembrança em um plano sagrado, possui um lado afetivo, enquanto a História dessacraliza a memória por ser uma atividade crítica e problematizadora. A memória coletiva, para Nora, sempre prescinde da memória histórica, e o que hoje se chama de memória hoje já não o é mais, é a própria História, e, igualmente, assistimos ao que ele denomina fim das “sociedades-memória”.

Ainda em relação à desconfiança em relação à memória como fonte para a História, identificada na frase de Sarlo, transcrita acima, pode ser percebida também em outros historiadores, como por exemplo, Robert Frank:

a memória como fonte para o historiador (...) é insubstituível em muitos casos, mas ela é também geradora de erros, de mitos, de mitologia e, evidentemente, o historiador tem muito o que fazer para corrigir e desmistificar<sup>7</sup>.

É de relevo observar também que, ainda segundo Frank, a memória pode servir ao pesquisador não apenas como fonte, mas sim, como objeto de análise, estudada a partir de suas pausas, certezas e contradições: “a memória é também, para o historiador, tomada globalmente, com suas verdades e mentiras, suas luzes e suas sombras, seus problemas e suas certezas, um objeto de estudo<sup>8</sup>”. E para um pouco além, Frank comenta que

depois de ter passado a memória no crivo da crítica e ter assinalado suas fraquezas, o historiador deve analisar os erros e os mitos que ela veicula, tomá-los tais como são, colocá-los em perspectiva histórica, em poucas palavras, fazer sua história. É uma grande sorte para o historiador do presente, graças às testemunhas que interroga, poder fazer a arqueologia da memória coletiva<sup>9</sup>

Para Frank, a memória como objeto deve estudar os silêncios, esquecimentos e ocultações, diferenciando os mesmos. No silêncio, a pessoa escolhe não falar sobre algo perguntado, sobre fragmento da memória. No esquecimento, deve-se perceber que o mesmo pode ocorrer por esforço consciente, mas também inconsciente. Na ocultação, há o claro e consciente desejo de ocultar, esconder algo, cobrir a fonte de luz e esclarecimento. A ocultação pode ser feita pela memória individual, coletiva ou oficial. Os motivos que operariam esse silêncio, essa ocultação e esse esquecimento costumam ser os mesmos: trauma, tabu social, medo, insegurança, indizível.

Para Beatriz Sarlo, assim como para Robert Frank, a função do pesquisador no procedimento de uma análise crítica é a de identificar essas falhas, ausências, verdades particulares e falseamentos, selecionar e hierarquizar, colocando em perspectiva histórica. Nesses mitos e falhas do discurso, deve-se saber aproveitar: identificar as causas desse discurso, dessa mitificação, bem como o significado da retórica usada. A essas lacunas e falseamentos, avento duas razões prováveis: a vontade consciente em camuflar algo dolorido, e a involuntariedade da memória, conforme Marcel Proust já comentara. Para Proust, por ser involuntária, a memória é desorganizada, descontínua e fragmentária, levando a um discurso também desorganizado, também descontínuo, também fragmentário. Isso é salientado por Sarlo, e segundo ela, o passado retorna ainda que não se queira, e ao mesmo tempo, mesmo que se queira convocá-lo, nem sempre se obtém sucesso. Identifico aqui a associação com a “memória involuntária” de Proust.

Entendo que a atenção à subjetividade, com o relativo apaziguamento da parcialidade, se mostre como questão fulcral para o fazer da história, e especialmente o da História do Tempo Presente. Um aspecto relativo à atenção à subjetividade reside no depoimento e em seu depoente. Ao trabalhar com a *memória como fonte viva* de seus estudos, matriz marcada pelo próprio presente, há,

como disse Robert Frank, a “contemporaneidade intrínseca entre o historiador e o ator<sup>10</sup>”. Beatriz Sarlo complementa que “o tempo próprio da lembrança é o presente: isto é, o único tempo apropriado para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o próprio<sup>11</sup>”. É no presente que se têm as lembranças que são colocadas em narrativa, e a narrativa também pertence ao presente. O testemunho e a transcrição deste também se situam neste momento, bem como outros processos de um provável processo de editoração desta pesquisa, como sua divulgação e a recepção por parte do leitor.

Alguns parâmetros axiais de controle da subjetividade devem se fazer notáveis. Inicialmente, em relação ao trabalho com a memória como fonte do historiador do hodierno, julgo inaugural a atitude de colocar o depoimento no crivo da crítica e da perspectiva histórica. Como se refere Frank, a memória “é também geradora de erros, de mitos, de mitologia e, evidentemente, o historiador tem muito o que fazer para corrigir e desmistificar<sup>12</sup>”. Sarlo também comenta que:

o testemunho, por sua auto-representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada<sup>13</sup>.

Aufiro que durante sua análise, este investigador do recente deva identificar essas falhas, ausências, verdades particulares e falseamentos, selecioná-los e hierarquizá-los, colocando no horizonte da historicidade. E ainda, identificados estes mitos e falhas do discurso, deve-se procurar reconhecer as possíveis causas desta mitificação. Às lacunas e falseamentos perfilhados, avento duas razões potenciais: a vontade consciente em camuflar algo (plausivelmente) dolorido, e a involuntariedade da memória, conforme Marcel Proust já sinalizara<sup>14</sup>. Para Proust, por ser involuntária, a memória é desorganizada, descontínua e fragmentária, o que levaria a um discurso do mesmo gênero. O ofício então se deve pautar no constituir dessa memória. Assim, *selecionar, criticar e hierarquizar* são ações fundamentais. Outro método que me parece verossímil neste caso é o de *estabelecer comparações* entre estes discursos, os contextualizando na personalidade e na duração que os separa, procurando identificar a ação discursiva do presente com a do tempo acontecido.

E por mais que se possa identificar deformações na narrativa mnemônica, deve-se ressaltar que essa deformação pode ocorrer em outras etapas da comunicação, da transmissão à recepção, passando pela transcrição e circulação do documento. Assim, a resignificação e a reconstrução, típicas do processo mnemônico, também podem se fazer presentes em todo o processo de conhecimento histórico. Associado a isto, também comenta Frank que

trata-se de fontes que estão marcadas pelo próprio presente, inerentes a ele, qualquer que seja a época: os depoimentos de testemunhas vivas, as fontes orais. Aí há a contemporaneidade intrínseca entre o historiador e o ator<sup>15</sup>.

Assim, é no presente que se têm as lembranças que poderão ser colocadas em narrativa, narrativa esta que, por sua vez, também pertence ao presente. Ainda me atrevo a dizer: assim como o pertencem a transcrição do depoimento, a edição, a circulação e a recepção. Quando Sarlo se refere que o tempo da rememoração é o atual, está identificado ali o conceito de Henri Bergson, onde o presente atua como o *ideo-motor* a resgatar – através das imagens do presente – as experiências e “idéias” do tempo que ficou para trás<sup>16</sup>.

Entendo que outro aspecto importante diz respeito à subjetividade do que pesquisa e escreve. Muitas vezes, este é testemunha e historiador, escrevendo e descrevendo o que vê, sendo em muitos casos, também ator da situação pesquisada. Neste campo historiográfico, a escrita e o pensamento se identificam com uma primeira pessoa que não está como objeto, mas como observadora, como alguém pensante e discursivo. De modo semelhante, e segundo Jorge Larrosa, o ensaísta não põe a si mesmo na escrita, mas “tira algo de si e faz algo consigo mesmo escrevendo, pensando, ensaiando<sup>17</sup>”. Cogito a hipótese de que aquele que escreve sempre escreve e pensa sobre si mesmo e a partir de si mesmo, e por isso, deve se comprometer com sua suscetibilidade, o que faz dos seus escritos mais verdadeiros. E para Larrosa, a experiência do tempo presente é a que deve ser pensada, e não com a verdade de nosso passado, mas “com o passado de nossas verdades; não a verdade do que fomos, mas a história do que somos e daquilo que (...) já estamos deixando de ser<sup>18</sup>”.

Sarlo também relata também que “as operações com a história entraram no mercado simbólico do capitalismo tardio<sup>19</sup>”. Aqui identifico a ponte com certas observações a respeito da relativamente nova História do Tempo Presente, onde se entende que sua confecção se daria de acordo com a demanda de um público contemporâneo historicizado. Como explica Beatriz Sarlo:

de um lado, a história social e cultural deslocou seu estudo para as margens das sociedades modernas, modificando a noção de sujeito e a hierarquia dos fatos, destacando os pormenores cotidianos articulados numa poética do detalhe e do concreto. De outro, uma linha de história para o mercado já não se limita apenas à narração de uma gesta que os historiadores teriam ocultado ou ignorado, mas também adota um foco próximo dos atores e acredita descobrir uma verdade na reconstituição de suas vidas<sup>20</sup>.

Para Agnès Chaveau e Philippe Tétart, dois fatores teriam determinado o “desabrochar da história do presente: o impacto “de geração” e o fenômeno concomitante de demanda social<sup>21</sup>. Estes autores comentam que a História do Tempo Presente seria tributária dos anos de 1950, quando a sociedade demandava esclarecimentos a respeito dos traumas que vivera. Essa produção histórica, simétrica à demanda social, teria como raízes o

aumento e a aceleração da comunicação, a renovação progressiva da imprensa e da edição, a elevação do nível de estudo e a força dos engajamentos ideológicos, morais, dos anos 50-60<sup>22</sup>.

Associando isto ao mote de *Tempo Passado*, temos o comentário de Sarlo:

este livro trata do passado e da memória das últimas décadas. Reage não aos usos jurídicos e morais do testemunho, mas a seus outros usos públicos. Analisa a transformação do testemunho em um ícone da Verdade ou no recurso mais importante para a reconstituição do passado; discute a primeira pessoa como forma privilegiada diante dos quais ela está ausente ou deslocada. A confiança no imediatismo da voz e do corpo favorece o testemunho. O que me proponho é examinar as razões desta confiança (...) a memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina<sup>23</sup>.

A memória é então desvelada como um dever de estado, ambos associados à demanda de uma sociedade ávida por respostas – tal como ocorreria a respeito dos estudos da História do Tempo Presente. Estas respostas supririam parte dos traumas das violências cometidas por regimes autoritários, segundo a portenha Sarlo. Para ela, a memória é um dever como maneira de se reconstituir o passado. Para Sarlo, isso se dá em regimes como os vividos a partir dos 1960 na América Latina ou nos fascismos da 2ª Grande Guerra. O holocausto é visto ainda como uma necessidade jurídica. A autora prossegue dizendo que

é evidente que o campo da memória é um campo de conflitos entre os que mantêm a lembrança dos crimes de Estado e os que propõem passar para a outra etapa, encerrando o caso mais monstruoso de nossa história. Mas também é um campo de conflitos para os que afirmam ser o terrorismo de Estado um capítulo que deve permanecer juridicamente aberto, e que o que aconteceu

durante a ditadura militar deve ser ensinado, divulgado, discutido, a começar pela escola. É um campo de conflitos também para os que sustentam que o ‘nunca mais’ não é uma conclusão que deixa para trás o passado, mas uma decisão de evitar, lembrando-as, as repetições<sup>24</sup>.

A memória como caso de estado e conquista social é polêmica, envolvendo interesses dos que querem saber e reivindicar justiça, e dos que a querem esconder ou deformar. É segundo Sarlo um “campo de conflitos”, o que talvez equivalesse ao que Pollack convencionou “memórias em confronto”, aquele *locus* onde se dá o embate entre quem não quer lembrar por sentir alguma culpa, ou pela dor da rememoração, e quem pensa a memória como disciplina escolar e dever de sapiência geral como uma forma de prevenção contra a repetição do erro no presente. Esta memória é também vista por Sarlo como um indicativo dos traumas do presente. Daí a memória ser um objeto de estudo a transitar com relevância pela *epistemis* da História do Tempo Presente.

Sarlo explica que

a questão do passado pode ser pensada de muitos modos e a simples contraposição entre memória completa e esquecimento não é a única possível. Parece-me necessário avançar criticamente além dela, sem dar ouvidos à ameaça de que se examinamos os atuais processos de memória estaremos fortalecendo a possibilidade de um esquecimento indesejável. Isso não é verdade<sup>25</sup>.

Como teria dito Susan Sontag: “é melhor entender o passado do que lembrar – ainda que para entender seja preciso lembrar”<sup>26</sup>, o que parece ratificar o viés de Sarlo de que a memória, como o passado, devem ser sempre historicizados.

Sarlo também entende que a memória, tanto a individual quanto a coletiva (bem como a oficial) se baliza na restauração, na reafirmação da subjetividade, na voz das massas e dos oprimidos, permitindo através da oralidade dos depoentes sua catarse, sua explosão, sua indignação, que para o depoente é sempre justíssima. Ela ainda se refere à *memória como matéria-prima* dos sentimentos humanos. Beatriz Sarlo exemplifica, através de Primo Levi, a memória como a matéria-prima da indignação, onde o discurso de Levi representa e baliza o lado oculto, e talvez por isso, mais imoral da guerra. Primo Levi identifica-se como substituto do ausente, da 1ª pessoa real, aquela que viveu em completude o desastre da guerra: o não sobrevivente ou “afogado”. Salienta que para sobreviver, se fazia importante colaborar, e portanto, seria forma de cumplicidade na morte de

outrem. O testemunho – assim como a memória - dos sobreviventes é para Levi incompleto, pois eles não estiveram lá! Diz Sarlo:

como um sobrevivente do holocausto ele fala por duas razões: porque simplesmente é impossível não falar e porque tem esse dever para com todos aqueles que conheceram a função última do campo de concentração: a morte (...) Os ‘condenados’ já não podem falar e esse silêncio imposto pelo assassinato torna incompleto o testemunho dos ‘sobreviventes’ (...) Quem sobreviveu assumiu a primeira pessoa dos que seriam os verdadeiros testemunhos: os mortos<sup>27</sup>.

E complementa:

Não é só o caso do Holocausto que o testemunho exige que seus leitores ou ouvintes contemporâneos aceitem sua veracidade referencial, pondo em primeiro plano argumentos morais apoiados no respeito ao sujeito que suportou os fatos sobre os quais fala. Todo testemunho quer ser acreditado, mas nem sempre traz em si mesmo as provas pelas quais se pode comprovar sua veracidade; elas devem vir de fora<sup>28</sup>.

E ainda:

A crítica do sujeito e de sua verdade, a crítica da verdade da voz e de sua ligação com uma verdade da experiência que afloraria no testemunho [...] é necessária, a não ser que se decida atribuir ao testemunho um valor referencial abrangente do qual se desconfia quando outros discursos o reivindicam para si (...). É necessário submeter os testemunhos às regras que se aplicam a outros discursos – a crítica das fontes. (...) “A atualidade é otimista e aceita a construção da experiência como relato em primeira pessoa, mesmo quando desconfia de que todos os outros relatos podem remeter de modo mais ou menos pleno a seu referente<sup>29</sup>.

Como a pesquisadora Janice Gonçalves uma vez se referiu<sup>30</sup>; não se costuma falar sobre a *zona cinzenta*, sobre os sobreviventes dos dois lados: nem os judeus referidos como colaboracionistas, nem os militares envolvidos, que nos depoimentos, não se referem a nenhum assassinato. Estes seriam os momentos do *indizível*, do *interdito*. Sobre isso, Michel Pollack<sup>31</sup>, dirá que muito a respeito da Segunda Guerra não é dito justamente por este aspecto indizível, interdito, por haverem coisas que não se desvela. Já Annette Wieviorka<sup>32</sup>, discorda ao apresentar o viés de que na realidade as pessoas não teriam um suficiente horizonte de espera para a compreensão da extensão



da tragédia. Para ela, “não há indizível do lado da emissão da mensagem, mas antes má recepção da parte da sociedade do momento<sup>33</sup>”. A esse respeito, Frank dirá que ambos os autores se complementam; e que essa face oculta – indizível ou não – mas não revelada nos documentos escritos, só podia ser identificada nos depoimentos orais. Para Frank, só o depoimento oral pode mostrar as possíveis falhas na recepção da mensagem. A respeito da experiência traumática e da memória, alguns pesquisadores sugerem que

o papel da modulação da emoção sobre a memória foi ressaltado em diversos trabalhos sobre pacientes normais ou com lesões cerebrais. Os aspectos emocionais podem provocar um verdadeiro “bloqueio mnemônico” das lembranças traumáticas, mesmo que não haja lesão cerebral aparente, como na amnésia psicogênica. E contrariamente, podem contribuir para a preservação de certas lembranças episódicas em pacientes amnésicos. Finalmente, distintos dados provenientes do estudo das amnésias retrógradas indicam que um modelo que satisfaça a idéia da existência de um processo de consolidação deveria levar em conta a distinção entre as informações episódicas e semânticas e outros fatores como a emoção ou a importância pessoal, assim como o papel complementar das regiões temporais e frontais do cérebro na codificação e recuperação das informações<sup>34</sup>.

Ainda sobre a memória traumática, Sarlo ressalta que na Argentina, com exceção dos militares, se arrogou colocar em dúvida ou questionamento crítico-metodológico sobre os depoimentos dos vitimados. Para Sarlo, por “a memória ser um bem e direito comum, um dever do estado e uma necessidade jurídica, política e moral,” não se deve questionar nem “o núcleo de verdade do acontecimento vivido, nem o seu discurso”. Em casos específicos como estes, tanto o depoimento quanto o depoente devem ser protegidos de indagações e questionamentos.

Sarlo cita que para a implantação das democracias e para que os direitos e justiça sejam reconquistados e preservados, ali se faz mui necessário crer nesses testemunhos. Segundo a mesma, em todos os outros casos, deve-se proceder normalmente com a análise crítica típica do trabalho historiográfico. E ela vem a complementar: ainda assim, por serem discursos, não se deveria tratá-los numa perspectiva de “cristalização inabordável”. E mais: outras narrações, por não estarem inseridas nesse contexto, não possuem esses direitos ou prerrogativas.

Beatriz Sarlo salienta que o presente se caracteriza pela subjetividade, e que as memórias social, pessoal ou nacional; além de demandas sociais representativas da necessidade de respostas, se identificam como um mecanismo de “*healing social*”, uma cura identitária, uma catarse

de traumas passados, uma libertação contra a alienação e a massificação midiática que encobririam a verdade. Em relação a esse *healing*, observado no depoimento individual ou coletivo, Frank diria que a memória também se reveste da função de “redimir, retirar a culpa” sobre o depoente, dando a ele um aspecto mais “inocente”, ainda que não seja coberto de autenticidade:

em seu mecanismo de reconstrução, a memória assume uma função de desculpabilização e, portanto, de mitificação, e mesmo de mistificação. O trabalho crítico do historiador não se faz, pois, da mesma maneira segundo as diferentes questões de memória<sup>35</sup>.

Ainda a este respeito, Sarlo lembra que

o testemunho, por sua auto-representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada<sup>36</sup>.

Beatriz Sarlo comenta também sobre a fetichização da verdade testemunhal, onde se dá maior valor à oralidade, ao discurso falado que ao documento escrito, sonoro ou iconográfico. Sarlo também cita Paul Ricoeur:

é inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma ‘experiência fenomenológica’ do tempo presente da enunciação<sup>37</sup>.

É o que Sarlo refere como uma “hegemonia do presente sobre o passado”, da ordem da experiência e que se apóia, no caso do testemunho, na memória e na subjetividade, havendo dois tipos de inteligibilidade – a narrativa e a explicativa (causal).

Sarlo pede que se atente para o grande número de narrativas não-ficcionais, testemunhos, entrevistas, autobiografias, ego-histórias, ou seja, de narrativas identitárias. Daí a importância, para Sarlo, do equilíbrio entre uma massa documental escrita muito abrangente (e também áudio-visual) e a prova testemunhal.

É também relevante no *Tempo Passado* de Sarlo o relato do que ela denomina “a imposição da memória”<sup>38</sup>. Claude Lanzmann, o diretor do filme *Shoah*, vem a pressionar

psicologicamente aldeões poloneses e sobreviventes dos campos a deporem sobre o vivido. Ao pressionar o resgate dessas lembranças, consegue mais delas do que se dependesse daquelas prévias e conscientemente selecionadas, passadas pelo crivo do tabu, do ocultamento consciente ou não, do esquecimento, do trauma. As que seriam “espontâneas”, escolhidas, não selecionadas pelo depoente, se associam àquelas memórias descritas por Marcel Proust.

Associado ao conhecimento que Lanzmann tem dos fatos ocorridos, essa pressão desencadeia um processo de rememoração e narrativa mais aproximado do “espontâneo”, e, portanto, mais próximo do ocorrido, do vivido. Ainda assim, deve-se identificar que os atores – os aldeões e os sobreviventes dos campos – se situam no presente; sua memória está no presente e faz parte dele; e seu arcabouço cultural sobre os acontecimentos é contaminado pelos novos dados.

Ou seja, por estarem no presente; falam no presente, eles conhecem mais sobre os fatos do que no momento em que eles se efetivaram. As imagens do presente resgatariam o passado, como na proposição do ídeo-motor de Bergson. E ao mesmo tempo, o reconstróem como dizia Halbwachs, que vem a complementar lembrando que a memória é sempre anacrônica, é um revelador do presente. Em relação ao anacronismo, Sarlo dirá que:

a disciplina histórica também é perseguida pelo anacronismo, e um de seus problemas é justamente reconhecê-lo e traçar seus limites (...) Todo o ato de discorrer sobre o passado tem uma dimensão anacrônica”, diz Benjamin. Inscrita na confluência de temporalidades de sua escrita e de seu objeto, a disciplina história não se instala comodamente no anacronismo. (...) Já para as narrações testemunhais o presente da enunciação é a própria condição da rememoração – sentem-se confortáveis no presente porque é a atualidade que possibilita sua difusão<sup>39</sup>.

Ela instrui que uma forma de se reduzir o anacronismo citado por Benjamin seria o de se colocar na perspectiva do ator, procurando perceber a situação com os olhos de quem a viveu, e podemos acrescentar mais: com os olhos que este tinha na época vivida<sup>40</sup>.

Em relação à discussão feita por Halbwachs e Nora, dentre outros, envolvendo história e memória, Sarlo contribui ao perceber que o centro do testemunho é a memória, enquanto a história pode se utilizar do testemunho e da memória como centro – como objeto ou como fonte - em alguns trabalhos, mas ela não prescinde necessariamente nem do testemunho e nem da memória. Para Beatriz Sarlo, o anacronismo faz parte do testemunho. No testemunho podem se identificar as ausências, as falhas, os dispositivos retóricos (de oratória, de eloquência) para argumentar, para se

defender, para atacar, as invenções, a influencia em sua fala de outros discursos, da mídia, da família, do entorno, etc. Como teria dito Benjamin, “É preciso lembrar a qualidade anacrônica porque é impossível eliminá-la<sup>41</sup>”. Não pensar no anacronismo por ele não poder ser extinto, é paradoxal, contraditório. Ele deve ser lembrado sempre, para que atento a ele possa minimizá-lo, eventualmente. Deve-se trabalhar com os detalhes sutis do anacronismo, pois ele se mostra nos detalhes. Identificar esses detalhes serve para perceber as motivações para que ele se realize, e também para criar uma reconstrução inteligível. Ainda relacionado ao anacronismo, Sarlo lembra da importância de se identificar as possíveis falhas no discurso. Perceber as ausências, as motivações, a mudança na retórica, a indução, a influencia do entorno a auto-defesa, o ataque, a influência da mídia, etc.

Sarlo faz uma reflexão sobre os testemunhos das décadas de 1960 e 70, dizendo que o passado recordado está perto demais, e por isso, tem um papel político e ideológico também próximos. Por isso, podem-se perceber interesses políticos no presente<sup>42</sup>.

Além disso, esses depoentes são parte das lutas políticas e ideológicas do presente, e participam delas. Tem razões para se colocarem no passado recente e podem usar deste para fins políticos. Podemos perceber que a construção dessas memórias, bem como da História, reverbera em direção à política, também recebendo ecos dela, como comentado anteriormente<sup>43</sup>. Da mesma maneira, as ideologias também operam desses ecos, conforme comenta Jean-François Sirinelli:

uma ideologia, com efeito, fornece uma grade de análise de mundo, sustentada por um princípio de inteligibilidade, e portanto também, explícita ou implicitamente, por um sentido da história. Desde que o historiador, de seu lado, é, quase por essência, confrontado com essa questão da existência – ou não – de um tal sentido da história, há forçosamente a interferência – para recusá-las ou fazê-las suas – entre as ideologias que impregnam uma sociedade e as preocupações científicas do historiador<sup>44</sup>.

Essas ideologias construiriam então memórias, Histórias, subjetividades. A este respeito também se refere Felix Guattari<sup>45</sup>, que comenta que os sistemas político-econômicos, principalmente o capitalismo, armam tipos de “maquinarias” para construir subjetividades. Essa subjetividade, para Guattari, não é o que o indivíduo tem de mais seu, ao contrário, essa subjetividade “é de natureza industrial, maquina, essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida”. Para o autor, a subjetividade é movida e construída pela mídia e inserida no capitalismo, a partir da criação do desejo e do instinto de compra, de uma necessidade de consumo. Mas haveria a alternativa de se lutar contra esse processo de criação

de idéias e modismos, de difusão e de recepção através da contra-cultura. Para Guattari, as subjetividades que lutam contra essas modelizações é que devem ser percebidas e estimuladas, pois, segundo ele, estão num “processo de singularização”.

Me parece que isto se associa à manipulação das narrativas. As memórias se colocam no cenário dos conflitos atuais e pretendem atuar nele. Para a identificação destas possíveis manipulações, Sarlo valoriza o uso da grande massa documental disponível aos investigadores do presente. Além de material escrito (como folhetos, propagandas, manifestos, reportagens) - há também fontes sonoras, como discursos e fonogramas; fontes visuais, como quadros e fotos, fontes mistas (ou áudio-visuais), como filmes, documentários e videoclipes; e Sarlo relata que todas são fontes ricas, muitas vezes dizendo mais que as lembranças e narrações testemunhais, podendo revelar como as lembranças são construídas, como se constroem as narrativas, e podendo dar indícios de sinais dessa manipulação da memória e do discurso narrativo. Para Beatriz Sarlo, identificar através de documentos escritos não é um vetor reificante da subjetividade. É na realidade, uma forma de se chegar mais próximo de uma “verdade”, e essa “verdade” não resulta da submissão a uma perspectiva memorialística oral, que tem seus limites.

Em uma palestra de encerramento de seminário sobre História Oral<sup>46</sup>, Antonio Torres Montenegro disse que “a memória que nos ensina é a mesma que nos violenta”, parecendo mostrar que devemos nos utilizar do passado – e de sua rememoração, por maior o índice de “contaminação” que esta carregue – para com estes aprendermos; percebendo que ao mesmo passo em que aprendemos com esta, com a mesma sofremos, já que como dizia Proust, “a memória é involuntária”. Montenegro cita ainda as palavras de Carlo Ginzburg, que fala que a reflexão do fato – tal como a memória – é como um quadro de Picasso: deformada. Para Robert Frank, “a memória não é somente construção, mas reconstrução, através da duração que separa o momento rememorado do momento do relato<sup>47</sup>”. E mais:

o depoimento oral, (...) é – como disse Jacques Ozouf – “uma fonte provocada” pelo historiador. Quando o historiador, ou o arquivista, interroga a testemunha, ele mesmo constrói a fonte, e seu usuário é ao mesmo tempo a seu modo o produtor<sup>48</sup>.

A esta questão da deformação mnemônica posso associar, ainda que de modo superficial, o debate acerca da memória proposto por pesquisadores contemporâneos de áreas fronteiriças, como a psicologia. Afinal, o que seria verdade, o que não seria?

Elizabeth Loftus conduziu experiências feitas com pacientes sugeridos a crer em lembranças de supostos maus-tratos na infância, e chegou a conclusões relevantes. Ela relata que, ao fornecer às testemunhas de um acontecimento informações novas, porém fictícias, suas lembranças com frequência se transformavam. A isso muitas vezes se associa a desinformação, que também pode vir a deformar lembranças, o que, segundo ela, é previsível e assume muitas vezes um verniz espetacular. Loftus argumenta ser difícil estabelecer a veracidade de lembranças traumáticas justamente pela dificuldade de se dissociar lembranças verdadeiras de falsas. Para a mesma, a falsidade só é comprovada quando os fatos contradizem as lembranças. Para o olhar de um observador comum, a dificuldade de se identificar esta veracidade está em não se possuir elementos de comparação. Entretanto, recorrendo a análises estatísticas comparativas, a pesquisadora diz que, de modo geral, as lembranças verdadeiras diferem das falsas, pois os participantes usam de um número de palavras superior para descrever as lembranças quando verdadeiras, além de considerá-las mais nítidas. Ainda segundo a mesma, pode se criar um efeito de inflação da imaginação, onde se misturaria a proposição de determinado evento a acontecimentos reais. Nesse caso, o fato de imaginar um acontecimento o tornaria<sup>49</sup> “mais familiar, e a familiaridade é então falsamente associada às lembranças de infância”. Assim, as “falsas lembranças são elaboradas pela combinação de lembranças verdadeiras e de sugestões vindas de outras pessoas”. A autora ainda indaga:

não se conhecem ainda os mecanismos exatos da elaboração das falsas memórias. Quais são as características das lembranças induzidas? Essas falsas recordações seriam duráveis? Todos somos “sugestionáveis” ou existem predisposições físicas ou emocionais? Os estudos alertam: os profissionais precisam saber que correm o risco de influenciar seus pacientes e deveriam limitar o uso da imaginação no ressurgimento de lembranças supostamente perdidas<sup>50</sup>.

Talvez estas provocações nos sirvam para refletirmos sobre até que ponto se deve ir ao conduzir uma investigação associada a uma História Oral.

De modo similar, Michel Topaloff comenta sobre a polêmica que envolve os Estados Unidos nos dias atuais a respeito do uso dos depoimentos orais. O debate tem circulado através da oposição de pensamento entre os proponentes do Movimento das Lembranças Recuperadas (*Recovery Movement*) àqueles da Fundação da Síndrome das Lembranças Falsas (*False Memory Syndrome Foundation*). Segundo este autor,

para contradizer seus oponentes, os primeiros se apóiam na ocorrência, durante as psicoterapias, de “lembranças” traumáticas até então recalçadas. Já a fundação, criada em 1992, denuncia os excessos dos psicoterapeutas que erram ao ver a produção da memória pós-traumática como a representação autêntica da verdade histórica<sup>51</sup>.

Para Michel Topaloff, ao alertar à possibilidade de amálgama entre imaginação e verdade mnemônica, as teses de Loftus

que poderiam centrar novamente o debate em critérios científicos, infelizmente acabaram sendo usadas por pessoas implicadas em casos de abusos sexuais e que tentavam assim invalidar os testemunhos de seus acusadores. Devemos nos precaver contra excessos para não interpretar mal trabalhos como esse<sup>52</sup>.

Ainda que a memória e o sujeito caminhem, muitas vezes de modo elástico pelo factual e pelo não-factual, pelo consciente e pelo não-consciente, pelo manipulado ou pelo espontâneo, e por mais que se possam identificar deformações na narrativa mnemônica, há algumas questões que se associam e me parecem ser relevantes: uma que essa deformação ocorre em todas as etapas da comunicação, da transmissão à recepção, passando não apenas pela narrativa da memória, como também tangendo a transcrição, a circulação e diversas instâncias do processo narrativo. Parece ser particular da memória a ressignificação e a reconstrução, mas isso se dá em todo o processo ao qual se envolve o conhecimento histórico.

Parece-me também se fazer mister o cuidado com uma excessiva relativização da subjetividade, atenuando o aspecto factual. Como disse Robert Darnton:

como historiador, estou com aqueles que vêem a história como uma construção imaginativa, algo que precisa ser re-trabalhado interminavelmente. Mas não acho que ela possa ser convertida em qualquer coisa que impressione a fantasia. Não podemos ignorar os fatos nem nos poupar ao trabalho de desenterrá-los, só porque ouvimos falar que tudo é discurso<sup>53</sup>.

E também, de qualquer maneira, por ser um campo com pastagens brancas, os recentes estudos sobre a memória e o sujeito, assim como sua associação com a História, merecem novos e constantes inquéritos. A História do Tempo Presente, com sua prerrogativa de investigar os dias atuais os contextualizando no tempo e espaço, pode trazer grandezas metodológicas que se

constituam num bom arcabouço ferramental para entendermos não apenas a associação entre História, memória e subjetividades, como boa parte dos fenômenos da contemporaneidade.

### Referências Bibliográficas

- BECKER, J-J. *Marxismo e Comunismo na História Recente*. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.
- BERGSON, H. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- CHAVEAU, A.; TÉTART, P. *Questões para a história do presente*. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.
- DESGRANGES, B.; EUSTACHE, F; PIOLINO, P. Recordar é viver. **Revista Viver – Mente e Cérebro. Edição Especial Memória**. São Paulo, p. 84-89, 2007.
- FRANK, Robert. *Questões para as Fontes do Presente*. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Pp. 9-39.
- LE GOFF, Jacques. A Visão dos Outros. Um Medievalista diante do Presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.
- LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LOFTUS, E. As falsas lembranças. **Revista Viver – Mente e Cérebro. Edição Especial Memória**. São Paulo, Duetto Editorial , p. 90-92, 2007.
- MORAES, J. G. V. **História e música: canção popular e conhecimento histórico**. Revista Brasileira de História, São paulo, v. 20, n. 39, p. 203-221, 2000.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, S.Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- POLLACK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3. Memória.
- \_\_\_\_\_. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 10, 1992.
- PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. Vol. 2. A sombra das raparigas em flor. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.



RÉMOND, Renè. *O Retorno do Político*. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

SARLO, B. **Tempo passado**. *Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. *Ideologia, tempo e História*. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

TATIT, L. *Dicção do cancionista*. In: **O cancionista**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TOPALOFF, M. Fantasia e realidade. **Revista Viver – Mente e Cérebro. Edição Especial Memória**. São Paulo, Duetto Editorial, p. 93-94, 2007

### Notas:

<sup>1</sup> CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p. 07-37. P. 15.

<sup>2</sup> RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p.39-50. P. 50.

<sup>3</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>4</sup> Beatriz Sarlo, intelectual portenha, nasceu em 1942, é catedrática de Literatura Argentina na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, tendo também lecionado como professora visitante nas universidades de Columbia, Berkeley, Maryland e Minnesota, todas nos Estados Unidos. Dirige desde 1978, a revista *Punto de Vista*, onde intelectuais difundiam seus ideais durante os anos da última ditadura militar.

<sup>5</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 9.

<sup>6</sup> Para este, só há História quando cessa a ocorrência da memória. A História seria uma narrativa de fatos mortos, sendo evocada apenas quando não há mais tradição, nem memória. Para este, a memória é sempre anacrônica, um revelador do presente que se inscreve na confluência das temporalidades de sua escrita e de seu objeto, enquanto a disciplina histórica não se instala comodamente nesse anacronismo. Para Halbwachs, as lembranças são e permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais apenas nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. Seria porque, segundo Halbwachs, em realidade, nunca estaríamos “sós”. Em Halbwachs, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar as experiências do passado a partir das imagens e idéias de hoje.

<sup>7</sup> FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, P. 103-117. P.107.

<sup>8</sup> Idem, p. 112.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>10</sup> FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, P. 103-117. P.103.

<sup>11</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 10.

<sup>12</sup> FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, P. 103-117. P.107.

<sup>13</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 38.

<sup>14</sup> PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. Vol. 2. A sombra das raparigas em flor. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. P. 493. Aqui, Proust comentou que a melhor parte de nossa memória está fora de nós. Para ele, “está numa brisa chuvosa, num cheiro de quarto fechado, ou no de um primeiro fogaréu, em toda parte onde encontramos de nós mesmos o que nossa inteligência rejeitara, por julgá-lo inútil, a última reserva do passado, a melhor, aquela que, quando todas as nossas lágrimas parecem ter secado, sabe ainda fazer-nos chorar. Fora de nós? Em nós, para melhor dizer, mas escondida a nossos próprios olhares, num esquecimento mais ou menos prolongado. É graças a tal esquecimento que podemos, de

---

vez em quando, reencontrar o ser que já fomos, colocar-nos face a face às coisas como o era essa criatura, sofrer de novo, porque não somos mais nós mas ele, é ele quem amava a pessoa que agora nos é indiferente”.

<sup>15</sup> FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, P. 103-117. P.103.

<sup>16</sup> Para Henri Bergson (1859-1951), a lembrança é o liame entre o objeto e o sujeito, ou o corpo e o espírito. O objeto se insere em nossa memória em forma de imagem, ou de idéia. Para este autor, o presente é o “ídeo-motor”, a matriz mnemônica que, através das imagens do presente, resgatam as experiências, as “idéias” do passado. Para ele, o tempo da memória é justamente o presente, como também o diz Beatriz Sarlo em *Tempo Passado*.

<sup>17</sup> LARROSA, Jorge. A operação ensaio. Sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação & Realidade**. Dossiê Michel Foucault, Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 27-43, 2004. P. 37.

<sup>18</sup> Idem, p. 34.

<sup>19</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 10.

<sup>20</sup> Idem, p.12.

<sup>21</sup> CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p. 07-37. P. 15.

<sup>22</sup> Idem, p. 17.

<sup>23</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Pp. 19-20.

<sup>24</sup> Idem, p. 20.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>30</sup> Janice Gonçalves, professora-investigadora associada à UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, comentou sobre a zona cinzenta durante comunicação apresentada no IV Seminário Nacional de História Oral, acontecido em 13 e 14 de novembro de 2007 na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>31</sup> Pollack teria dito, a respeito da memória da deportação, que a memória ficara por muito tempo em silêncio, pois ela “não se revelou e expressou senão muito tardiamente. A partir de depoimentos, ele assinala entre os deportados a parcela do indizível e explica por que esse indizível pode mudar de natureza, mas só mais tarde” (FRANK, 1999, p. 114).

<sup>32</sup> Esta sociedade, para a autora, não estava pronta em 1945 para entender, “porque não compreendia o inimaginável. Os instrumentos conceituais que permitiriam a apreensão do fenômeno do genocídio não existiam (FRANK, 1999, p. 114)”. Para ela, o símbolo do horror seria Buchenwald, e não Auschwitz. Parece que quando surgia numa conversa uma pessoa muito magra, se perguntava: “como está magro, você esteve em Buchenwald?”. A escolha em se inquirir sobre Buchenwald e não Auschwitz, para Wiewiorka, revelaria a incompreensão da população em relação ao que ocorria em Auschwitz.

<sup>33</sup> FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, P. 103-117. P. 114.

<sup>34</sup> DESGRANGES, B.; EUSTACHE, F.; PIOLINO, P. Recordar é viver. **Revista Viver – Mente e Cérebro. Edição Especial Memória**. São Paulo, p. 84-89, 2007. P. 89.

<sup>35</sup> FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, P. 103-117. P.112.

<sup>36</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 38.

<sup>37</sup> Idem, p. 49.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>39</sup> Ibidem, pp. 57-59.

<sup>40</sup> Ibidem, p.58.

<sup>41</sup> Ibidem, p.59.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>43</sup> BECKER, J-J. *Marxismo e Comunismo na História Recente*. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999. P. 65.

<sup>44</sup> SIRINELLI, Jean-François. *Ideologia, tempo e História*. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999. P. 84.

<sup>45</sup> GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

<sup>46</sup> IV Encontro Regional Sul de História Oral. Culturas, Identidades e Memórias. Realizado na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), durante os dias 13 e 14 de novembro de 2007.

---

<sup>47</sup> FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999, P. 103-117. P. 109.

<sup>48</sup> Idem, p. 107.

<sup>49</sup> LOFTUS, E. As falsas lembranças. **Revista Viver – Mente e Cérebro. Edição Especial Memória**. São Paulo, Duetto Editorial, p. 90-92, 2007. P. 92.

<sup>50</sup> Idem, p. 92.

<sup>51</sup> TOPALOFF, M. Fantasia e realidade. **Revista Viver – Mente e Cérebro. Edição Especial Memória**. São Paulo, Duetto Editorial, p. 93-94, 2007. P. 93.

<sup>52</sup> Idem, p. 94.

<sup>53</sup> MORAES, J. G. V. **História e música**: canção popular e conhecimento histórico. *Revista Brasileira de História*, São paulo, v. 20, n. 39, p. 203-221, 2000. P. 212.